

55 MOTIVOS PARA A NÃO PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA ELETROBRAS

A Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL, o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região – SINTERGIA, o Sindicato dos Administradores do Estado do Rio de Janeiro – SINAERJ, o Sindicato dos Economistas no Estado do Rio de Janeiro – SINDECON e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – SENGE, com a colaboração dos trabalhadores e trabalhadoras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vêm se manifestar sobre o documento posto em Consulta Pública nº 33, intitulado "*Proposta de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade a longo prazo*".

A história do setor elétrico brasileiro nos mostra que um setor elétrico forte se faz com uma Eletrobras forte. A proposta em consulta representa a retomada de um modelo para o setor elétrico que já deu errado e resultou no apagão em 2001. Esta proposta promoverá também a elevação dos preços da energia elétrica, com impactos em curto prazo, ao privatizar as usinas da Eletrobras que vendem a energia mais barata do país.

Esta proposta é também uma grave ameaça a soberania do nacional, ao retirar os instrumentos do Estado brasileiro para garantir a segurança energética e promover os investimentos necessários no setor.

Em homenagem a história desta grande empresa do setor elétrico brasileiro, a Eletrobras, que completou 55 anos em 2017, elencamos 55 motivos para que suas usinas não sejam privatizadas.

SOMOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS PELOS SEGUINTE MOTIVOS:

- 1) Energia e Estratégia Nacional** – A Eletrobras e a infraestrutura elétrica são essenciais para o planejamento do país. A proposta de desmontagem com privatização das usinas reduziria a capacidade instalada de geração da Eletrobras a 1/3 e de transmissão a 1/5, comprometendo, assim, sua capacidade para implementar e alavancar projetos e investimentos necessários ao desenvolvimento do país.
- 2) Soberania e Segurança Energética** – O país tem um sistema elétrico mais robusto do que diversos países europeus no que tange à extensão e operação da rede. A Eletrobras é a espinha dorsal deste sistema. A redução da participação da Eletrobras no mercado representa também perda de controle sobre a energia elétrica do país, mas também sobre a vazão de rios, sendo por isso temerária no que tange a manutenção da soberania do país, controle sobre a segurança energética e gestão sobre o uso múltiplo das águas.

- 3) Energia e Desenvolvimento Nacional** - A energia é chave para o crescimento econômico haja vista a sua elasticidade em relação ao PIB (para cada 1% de crescimento do PIB aumenta mais de 1% de consumo de energia elétrica). Eletrobras é alavanca para o desenvolvimento econômico.
- 4) Energia e Desenvolvimento Regional** – Vivemos num país com enormes disparidades socioeconômicas inter e intrarregionais. A capilaridade do Sistema Eletrobras continua sendo fundamental para o desenvolvimento do Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro Oeste.
- 5) Energia e Desenvolvimento Local** – A Eletrobras é vital para levar energia nos locais mais ermos do país, seja no interior do Nordeste ou para populações ribeirinhas da Amazônia Legal. Não dá para esconder o papel da Eletrobras para a inclusão energética, social, igualdade de oportunidades e desenvolvimento da economia local.
- 6) Eletrobras e a Engenharia Nacional** – A Eletrobras foi, e continua sendo, fundamental para desenvolver e operacionalizar obras de engenharia de porte global, como Itaipu, Tucuruí, Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Angra e dezenas de usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição. Estas obras permitem benefícios para toda a indústria elétrica que envolve fornecedores de máquinas, equipamentos além de oportunidades de trabalho para os cidadãos brasileiros.
- 7) Descotização com Privatização é Quebra de Contrato e traz insegurança jurídica** – O governo Lula que sucedeu o governo FHC respeitou contratos no Brasil (conforme Carta ao Povo Brasileiro) não revertendo nenhuma privatização dos anos 90, mesmo sendo historicamente contrário a venda destes ativos. Descotizar para vender significa que o atual governo não respeita o ato jurídico que foi a renovação das concessões da Lei 12783/13, cujos termos teve toda a tramitação legislativa e aprovações pelas instâncias decisórias das companhias. Importante ajustar questões relativas a indenizações, porém não se pode alterar o mérito da renovação para se atender interesses de consumidores eletrointensivos e penalizar toda a população brasileira que consome energia elétrica.
- 8) Eletrobras, compartilhamento de risco e segurança energética** – A proposta, ao fragmentar/pulverizar a gestão de riscos no setor, revela a aposta que essa gestão de riscos individual de cada agente reduziria o risco sistêmico. Na verdade, essa fragmentação da gestão de riscos proposta, principalmente no que se refere ao risco de suprimento e de preços para o consumidor, se eleva quando não se tem uma gestão centralizada dos riscos, principalmente em uma matriz elétrica com as características da nossa, com alto grau de hidroeletricidade e de integração do mercado através das linhas de transmissão. Especificamente quanto a possibilidade de Bancos ou da CCEE se tornarem gestores de contratos de transmissão, constante na proposta, não é apresentado nenhum possível benefício para o consumidor resultante de tal medida, implicando a mesma apenas na elevação dos riscos no setor (em particular riscos de bolhas de preços), além de configurar

um risco para o setor elétrico e para a soberania deixar a gestão dos contratos de transmissão a mercê do controle privado e da especulação. Nos manifestamos contra a desobrigação de 100% de contratação pelas distribuidoras de energia, medida proposta que estimulará a especulação no mercado de energia elétrica, elevará o risco sistêmico e ampliará significativamente o risco de racionamento na medida em que a demanda agregada do país deixa de ser um sinal econômico importante para o aumento da oferta de energia através de novos leilões. Ademais, prejudica significativamente a segurança energética dos consumidores cativos (expostos a condições de monopólio natural típico das indústrias de rede) que ficam fragilizados em relação a garantia de suprimento no período cinco anos a frente.

- 9) Privatização da Eletrobras ampliaria especulação dos contratos de compra e venda de energia no mercado livre** – O porte da Eletrobras é fundamental para evitar que se formem oligopólios que combinem estratégias conjuntas de venda de blocos de energia no mercado livre, o que penalizaria os consumidores brasileiros. A financeirização da comercialização (bolsas de energia, comercializador varejista e outros instrumentos) deve ser vista com cautela para não se repetir problemas como a crise de energia da Califórnia no passado recente. Qualquer cidadão brasileiro pode verificar que a Eletrobras não utiliza o seu porte para praticar preços abusivos, muito pelo contrário.
- 10) Eletrobras não pode ser vítima da financeirização exacerbada e predatória do setor que, muitas vezes, negligencia o longo prazo para especular no curto prazo** – Centenas de fundos de investimento operam no Brasil nos segmentos de energia e infraestrutura (só pesquisar no site da CVM, através das palavras chaves “energia” e “infraestrutura”). Não podemos especular com um bem tão valioso para os brasileiros: a energia disponível nas casas, empresas, comércio, poderes e serviços públicos. A preservação da Eletrobras dá mais segurança para a população brasileira e futuro dos “brasileirinhos”.
- 11) Eletrobras e Integração Energética Fronteiriça** – A atuação da nossa empresa ampliou a segurança energética do Brasil e dos países vizinhos, haja vista Itaipu, linhas de transmissão com Argentina, Uruguai, Venezuela e estudos de projetos binacionais. A luta pela defesa da Eletrobras se integra a luta para a permanência do importante papel que Itaipu desenvolve para o setor elétrico brasileiro e paraguaio (defendemos a renovação do Tratado de Itaipu).
- 12) Eletrobras e Energia Nuclear** – A energia nuclear é uma energia que não pode ser relegada para o segundo plano, haja vista a representatividade das usinas de Angra para a segurança energética do Rio de Janeiro, do Sudeste e do Brasil. O Brasil tem ricas jazidas de urânio que ampliam a atratividade desta fonte na matriz elétrica.
- 13) Eletrobras e Política Energética** – A Eletrobras é peça chave para operacionalizar as políticas definidas pelo Comitê Nacional de Política Energética (CNPE) e propiciar energia em quantidade e qualidade para as gerações atuais e futuras.

- 14) Eletrobras, Petrobras e BNDES, historicamente, formam o tripé de desenvolvimento da infraestrutura nacional na área de energia** – Fragilizar a Eletrobras, a Petrobras e o BNDES são formas de ampliar a nossa dependência em um segmento chave para a competitividade global da indústria nacional. Bancos de desenvolvimento da China, da Alemanha e de outros países trabalham conjuntamente com as empresas dos seus países para alavancar a competitividade destes agentes. Não podemos deixar que o Brasil amplie as distâncias entre estas três instituições chaves para o desenvolvimento econômico.
- 15) Eletrobras e Política Industrial** – As obras da Eletrobras, historicamente, foram fundamentais para dar maturidade a indústria de construção pesada no país, empresas de serviços em energia, empresas fornecedoras de máquinas e equipamentos elétricos, além de capacitar a mão de obra nacional e gerar empregos.
- 16) Portfólio da Eletrobras permite economias de escala e vale muito mais junto do que separado** – não faz sentido nenhum fragmentar o Sistema Eletrobras para vender fatias e neutralizar ações em curso na companhia de aproveitar suas sinergias operacionais e atuação em todo o território nacional em favor dos brasileiros. O Brasil não pode abrir mão da vantagem competitiva que é o controle do Sistema Eletrobras. O número excessivo de fusões e aquisições no setor desde o Plano Real (mais de 530 transações societárias desde 1994) mostram que as empresas querem justamente o que a Eletrobras já tem: escala para obter sinergias.
- 17) A Eletrobras tem que honrar o seu Planejamento Estratégico 2030 apresentado para os seus acionistas** – não podemos ver a empresa só pelo passado e presente. É preciso compreender e construir o futuro. A Eletrobras caminha para retomar sua saúde financeira e seu programa de investimentos. Os passos nesta direção estão sinalizados nas suas peças estratégicas.
- 18) Eletrobras e Matriz Elétrica Brasileira** – A Eletrobras é fundamental para diversificar a matriz elétrica brasileira, seja através do seu portfólio seja através da operacionalização do Proinfa, programa extremamente bem sucedido para viabilizar a escala comercial de energia eólica no país. Antes do Proinfa, o Brasil tinha 21 MW instalados de eólica (2003). Hoje, 2017, já são mais de 11.000 MW instalados, substancialmente influenciados pela escala econômica decorrente da política energética exitosa do PROINFA.
- 19) Eletrobras fundamental para que o sistema elétrico brasileiro não seja entregue para multinacionais norte-americanas, espanholas, francesas, italianas, alemãs e canadenses. Preferimos alavancar parcerias em novos ativos sendo contra a venda de usinas já amortizadas** – A Eletrobras tem porte representativo na capacidade instalada de geração e transmissão. Sua fragmentação pode significar riscos para a soberania brasileira, com nosso sistema cada vez mais entregue para empresas de capital estrangeiro como Enel, Iberdrola, EDF, E-ON, Brookfield, EDP, Engie, AES, dentre outras.

20) Eletrobras fundamental para que o sistema elétrico brasileiro não seja entregue para multinacionais controladas pelo Estado Chinês. Preferimos alavancar parcerias em novos ativos sendo contra a venda de usinas já amortizadas –

Empresas como State Grid e China Três Gargantas (CTG) tem comprado ativos no Brasil e em diversas partes do mundo com uma velocidade assustadora. A soberania do Brasil na área de energia depende de uma Eletrobras controlada pela União para alavancar parcerias com empresas nacionais e internacionais e viabilizar instrumentos de geopolítica (os Estados Nacionais desenvolvidos dão todo o suporte para o fortalecimento e internacionalização de suas empresas. O Brasil não precisa vender seus ativos a preço de banana e na “bacia das almas”).

21) Eletrobras e Política de Defesa – Importante que empreendimentos de grande porte na Amazônia Legal que exercem papel chave para a segurança energética não estejam totalmente nas mãos dos agentes privados nacionais e estrangeiros. Energia é um tema importante para estudiosos da Escola Superior de Guerra e argumentos desta natureza não podem ser negligenciados. A presença de uma empresa controlada pela União em projetos energéticos na Amazônia Legal ampliam os diálogos com povos indígenas, populações ribeirinhas e atingidas por barragens.

22) Eletrobras e Planejamento do Setor – A cultura dos planos de expansão de longo prazo foi aprimorada no setor a partir das ações da Eletrobras, seja em relação ao consórcio CANAMBRA, GCPS, GCOI e elaboração dos Planos Decenais. Muitos dos desequilíbrios estruturais do setor foram fortemente influenciados por muitas ações desastradas em relação a preço teto, cronograma de obras, regras dos leilões, temporalidade dos leilões, dentre outros. O setor se torna mais frágil quando a Eletrobras não dá suas contribuições para o aperfeiçoamento do arcabouço institucional.

23) Eletrobras e Tarifas de Energia – O Estado Brasileiro sempre utilizou as tarifas de energia elétrica para cobrar diversos encargos e tributos. Importante uma atuação efetiva para reduzir custos nas tarifas relacionadas a PIS, COFINS, ICMS, e diversas outras rubricas. A Eletrobras sempre foi utilizada como mecanismo para controle dos preços administrados, o que a tornou cada vez mais desequilibrada. A atuação do Ministério da Fazenda nas Audiências Públicas da ANEEL sempre buscou a modicidade, causando efeitos colaterais nas empresas que atuam no setor.

24) Eletrobras não pode se resumir a ativo para pagar juros da dívida e queda de arrecadação – A forte pressão do Ministério da Fazenda para que o Estado Brasileiro se desfaça de ativos estratégicos para que a União tenha mais recursos para pagar juros extorsivos é uma insensatez. A defesa do Sistema Eletrobras deve transcender esta lógica estreita. O Estado tem diversos outros mecanismos para reduzir despesas e aumentar arrecadação, tais como impostos sobre grandes fortunas, melhoria do sistema tributário, desburocratização, impostos sobre pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, dentre outros.

- 25) Eletrobras e Sociedade** – As empresas Eletrobras são respeitadas pela nação brasileira. A energia faz parte da vida cotidiana das pessoas e a musculatura do setor elétrico é fortemente influenciada pelo esforço dos trabalhadores da Eletrobras. A energia elétrica não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer, pois deve ser levado em conta seu caráter essencial para a vida e desenvolvimento humano. Uma Eletrobras enfraquecida, como quer a proposta do governo, coloca o acesso a energia elétrica de classes menos favorecidas em risco. É preciso que o Governo preserve instrumentos como a Eletrobras que podem garantir o acesso a Energia Elétrica para toda população, além de cumprir os preceitos constitucionais do acesso a energia elétrica.
- 26) Eletrobras e história do setor** – Antes de falar sobre a Eletrobras, é importante o conhecimento da história da empresa e do setor. Tentam apagar a história da Eletrobras para criar um clima mais favorável a sua privatização. É motivo de orgulho fazer parte desta empresa. Sugerimos que a população conheça o acervo sobre a empresa disponível na Memória da Eletricidade e valorize a preservação da memória do nosso país.
- 27) Eletrobras, Energia e Grandes Eventos** – Copa e Olimpíadas no Brasil só foram eventos bem sucedidos em relação à segurança energética em virtude dos investimentos feitos pelo Sistema Eletrobras.
- 28) Recuperação da Eletrobras é uma forma de lutar contra Fundos Abutres que jogam contra a empresa, o setor elétrico brasileiro e o nosso país** – é uma questão de honra do Estado Brasileiro a sustentabilidade de longo prazo do Sistema Eletrobras.
- 29) Eletrobras e Conteúdo Nacional gerando empregos no Brasil** – as obras do Sistema Eletrobras já geraram milhares de empregos no país. A venda da Eletrobras para empresas estrangeiras poderia deslocar a geração de empregos no país para outros mercados, num momento que o desemprego na construção pesada e obras de infraestrutura batem recordes.
- 30) Eletrobras e Estado Desenvolvimentista** – O Estado Desenvolvimentista é chave para ampliar a competitividade nacional. Não são só empresas que competem entre si. Estados Nacionais também competem entre si, buscando mais oportunidades para as suas companhias e, ao mesmo tempo, sobrepor empresas de outros Estados. A quem interessaria a fragilização contínua da Eletrobras? Tem o interesse de países do G-7? Não sejamos imaturos e levianos.
- 31) Eletrobras e proteção a indústria nascente** – Empresas de porte como Eletrobras e Petrobras ajudam a desenvolver empresas nascentes de tecnologias, serviços, produtos e outras inovações. Abrir mão disto traz grande impacto nos elos da indústria elétrica. Ao invés de desenvolver centros de pesquisa no Brasil, amplia-se oportunidades para centros de pesquisa estrangeiro com a devida migração de cientistas brasileiros para outros mercados.

- 32) Eletrobras, CEPEL e inovação** – O CEPEL é um ativo estratégico do setor. Não podemos abrir mão de investimentos desta natureza. Não podemos ficar dependentes de tecnologias externas relacionadas ao setor elétrico brasileiro.
- 33) Eletrobras e apoio as universidades e estudantes brasileiros** – A Eletrobras ajudou a viabilizar o Programa Ciência sem Fronteira que levou muitos brasileiros para diversas universidades do mundo. Hoje a Eletrobras ajuda estudantes, seja com vagas de estágio, Jovem Aprendiz e outras ações. A criação da Eletrobras foi aprovada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em congresso realizado nos anos 50 em defesa de uma agenda de desenvolvimento para o Brasil.
- 34) Eletrobras e Influência Política** – A atuação política foi fundamental para que o Brasil não dependesse mais de empresas estrangeiras para desenvolver a infraestrutura elétrica, decisões estas relativas a criação da Chesf, Furnas, Eletrobras, Eletronorte, Eletrosul, Petrobras, BNDES e outras empresas. Antes destas decisões, grande parte do país vivia no escuro. O acionista majoritário tem prerrogativas estatutárias e legais (Lei das S.A) para indicar os quadros de gestão (em qualquer S.A é assim). Nossa luta contínua é para que os escolhidos tenham capacidade técnica e que seja dada oportunidade para profissionais das empresas participarem dos núcleos decisórios das companhias.
- 35) Eletrobras e seu Uso para Políticas Macroeconômicas de Controle da Inflação** – A lógica exacerbada de modicidade, o não reconhecimento da ANEEL de custos para o fornecimento de energia nos Sistemas Isolados, e uma atuação efetiva do Ministério da Fazenda na arena regulatória geram impactos para empresas que operam no setor, sobretudo a Eletrobras. Privatizar a Eletrobras seria um retrocesso para a população brasileira.
- 36) Necessário lutar contra o uso de moedas podres para comprar ativos estratégicos no Brasil** – o país precisa aprender com seus erros. Aceitar moedas podres é colocar nas mãos de ajiotas riquezas do povo brasileiro que além de trazer desenvolvimento econômico contribuem para o bem estar social. As privatizações dos anos 90 não reduziram significativamente o endividamento público, haja vista o uso exacerbado de moedas podres previstos nos editais de licitação. O uso destes papéis tóxicos fazem com que a privatização seja uma mera venda de ativos a preço de banana para banqueiros, fundos e outros grupos empresariais que, possivelmente, também atuam como financiadores de campanha.
- 37) Eletrobras e Complexo Tapajós** – A Eletrobras é chave para que projetos como o Complexo Tapajós saiam do papel. Não podemos deixar que estas usinas no coração da Amazônia sejam tocadas por empresas estrangeiras que também tem interesses nas riquezas das nossas florestas.

- 38) O Brasil precisa aprender com a auto regulamentação dos mercados que culminou com a Crise Imobiliária 2008** – existem muitos riscos de especulação com contratos de energia da mesma forma que haviam riscos com contratos imobiliários. A migração de toda a parcela das “cotas” para o mercado livre podem prejudicar os consumidores cativos do país, causando racionamentos e preços extraordinários. Importante equilíbrio e prudência, pois a busca de lucros pelos agentes financeiros fazem com que a crença na “auto regulamentação dos mercados” seja apenas “conto da carochinha”;
- 39) A Eletrobras amplia as possibilidades de parcerias com empresas de energia da Argentina e Bolívia** – Temos possibilidades de usinas com Argentina e com a Bolívia. Estes esforços demandam uma atuação integrada da Eletrobras com os objetivos da política externa brasileira.
- 40) Eletrobras e Desenvolvimento Limpo** – Programas geridos pela Eletrobras, como o Proinfra, constitui caso de sucesso das Comunicações Formais do Brasil no âmbito das Convenções do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Geange - UNFCCC). É só ler as Comunicações Brasileiras para a ONU.
- 41) Eletrobras, Itaipu e Segurança Energética do Brasil** - o que seria do Brasil se visionários e planejadores do setor elétrico não juntassem esforços para operacionalizar o projeto de Itaipu, maior geradora de energia do mundo? Os custos de Itaipu foram de toda a sociedade brasileira. A gestão da energia de Itaipu pela Eletrobras foi uma decisão acertada do Estado que deve ser respeitada.
- 42) Eletrobras, Retomada de Angra III e Estratégia Nacional** – a retomada de Angra III em bases sustentáveis aumenta a segurança energética do estado do Rio de Janeiro e do Sistema Interligado Nacional. Não podemos abrir mão de uma fonte de energia que o Brasil tem amplas vantagens comparativas e domínio da tecnologia.
- 43) Eletrobras e as múltiplas possibilidades do seu Estatuto Social** – exercício simples para mostrar a relevância da Eletrobras é uma leitura breve do seu Estatuto Social. O Brasil não pode abrir mão de uma empresa com atuação tão diversificada e relevante.
- 44) Eletrobras, Concurso Público e a Luta contra o Compadrio** – A Eletrobras promove concursos públicos, meio mais justo e equânime para a contratação de empregados e aderente aos ditames da Constituição de 1988. Privatizar significa negligenciar as prerrogativas de concurso e abrir as portas para o compadrio, apadrinhamento, troca de favores, terceirizações e quarteirizações.
- 45) Vender a Eletrobras é crime de lesa pátria e compromete gerações futuras** – Discussão desta magnitude demanda ampla discussão nacional sobre projetos de país que, geralmente, devem ser colocados para a avaliação dos cidadãos através dos processos eleitorais.

- 46) Eletrobras é submetida a instituições de controle da esfera pública e privada** – É falácia afirmar que a Eletrobras não sofre controle. A empresa sofre controle de Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Ministério Público, além da Comissão de Valores Mobiliários, Bolsas de Valores, Securities Exchange Commission, dentre outros.
- 47) Empregados da Eletrobras defendem as investigações sobre corrupção, abuso de poder econômico, fraudes, dentre outros** – Não se encontra, de norte a sul do país, empregado da Eletrobras que é contra as investigações de corrupção. O corpo funcional não compactua com corrupção e tem rígidos códigos de conduta. Entre as pessoas acusadas por envolvimento em atos de corrupção não constam empregados da companhia. Os empregados apoiam todas as ações de investigação que respeitem o devido processo legal e o direito a ampla defesa.
- 48) Eletrobras, Estudos de Inventário e defesa do potencial hídrico brasileiro** – A Eletrobras é essencial nos estudos de inventário, desenvolvimento de projetos de usinas e linhas de transmissão. Esta mão de obra está a serviço do Brasil. Temos que realizar estudos para garantir a oferta de energia para 2030,40, 50...
- 49) Eletrobras e o debate de uso múltiplo da água** – O uso múltiplo das águas é um problema mundial. A água é um recurso valioso. Não podemos privatizar nossas empresas com portfólio de energia hídrica e de serviços de água e saneamento. O controle da Eletrobras é uma forma do Estado ter participação ativa nesta discussão, do que a mera atuação regulatória.
- 50) Eletrobras, mundo real e paradigmas regulatórios que não refletem a diversidade sócio econômica das diversas regiões do país** – A Eletrobras opera em todo o país e muitas vezes, a Agência Reguladora não reconhece as disparidades econômicas, sociais, culturais, sistêmicas, logísticas das diversas áreas de concessão. O Brasil é muito maior e diversificado do que o Sudeste.
- 51) Eletrobras e respeito a diversidade social e cultural do país** – Empresas como Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul são reconhecidas em suas regiões pela excelência dos serviços. Privatizar é colocar em risco um papel que vem sendo cumprido por décadas.
- 52) Eletrobras superou diversas crises econômicas do país e vamos superar mais essa** – O caminho da Eletrobras nunca foi fácil. A empresa enfrentou enormes dificuldades e resistências de grupos e países estrangeiros para ser criada (só ler a Carta Testamento de Vargas que ele reconhece estes obstáculos, ANEXO I). Seu projeto é de 1954 e ela só foi criada em 1962. Enfrentou racionamentos nos anos 50/60, choques do petróleo nos anos 70, choque da dívida e planos heterodoxos nos anos 80, privatizações nos anos 90, racionamento nos anos 2001/02, reforma do modelo na primeira década do século XXI e desequilíbrio financeiro dos últimos anos. Superaremos mais este capítulo com muito suor dos empregados.

53) Um país não pode vender ativos amortizados. É mais lógico atrair investidores para construir novas linhas e usinas – É um tiro no pé vender ativos em pleno funcionamento, amortizados e que já superaram os riscos de construção. É mais lógico chamar investidores para parcerias em novos projetos, fundamentais para superar gargalos de infraestrutura e construir capacidade instalada para as gerações futuras.

54) Eletrobras e formação de mão de obra para o setor elétrico nacional – Eletrobras sempre foi um berço de técnicos de ponta para o setor elétrico brasileiro. Os empregados da Eletrobras estão comprometidos com a recuperação da companhia e superaremos as dificuldades de curto prazo.

55) Ativos Estratégicos devem ser valorizados – O Governo Chinês tem participação nas empresas e controle do parque gerador que opera no seu país. Os Estados Unidos tem amplo controle sobre o uso das águas no país e coloca as suas Embaixadas para defender seus interesses de suas empresas na área de energia. O Ministério da Fazenda da Itália tem fatia na ENEL. O Governo Francês participação na EDF. Governos canadenses, alemães espanhóis e japoneses defendem suas empresas na arena diplomática e de Relações Exteriores. Porque o Brasil abriria mão da Eletrobras? A Eletrobras é um instrumento de soberania e atuação no setor energético. A Eletrobras, seja através do desenvolvimento de novas tecnologias redutoras de custo ou por sua atuação em leilões de energia onde compete, sempre atuou no sentido da contenção das pressões para aumento do preço da energia elétrica. O Governo, nessa proposta, afirma que o “Custo Global da Energia” será reduzido como resultado do “aumento da eficiência setorial”, sem, contudo, explicar como se dará concretamente o suposto aumento de eficiência. Essa crença do governo exposta na proposta, sem bases objetivas, está colocando em risco um instrumento real e efetivo de controle de preços. Consideramos que o equilíbrio econômico-financeiro da Eletrobras e os preços praticados por suas usinas podem caminhar juntos.

Por fim, é o momento de somarmos todos os esforços na defesa do Sistema Eletrobras e da soberania energética do Brasil, através de amplos debates com a sociedade e, trazendo para a luta, a população, trabalhadores, movimentos sociais, intelectuais, partidos políticos, universidades, professores, especialistas, empresários nacionais, militares da Escola Superior de Guerra, juristas, haja vista o risco que a proposta contida na Consulta Pública 33 trazem para o cidadão brasileiro.

A defesa do Sistema Eletrobras é um compromisso das gerações atuais com as novas gerações de brasileiros. Lutaremos pelo Brasil de hoje e pelo Brasil de amanhã.

Segue em anexo a Carta Testamento de Getúlio Vargas (Anexo 1) sobre as forças contrárias a criação da Eletrobras nos anos 50. Estas forças tem que ser enfrentadas até os dias atuais, na defesa de um Brasil Melhor.

O Anexo 2 é a Lei de Criação da Eletrobras assinada por Tancredo Neves que tem importante papel na vida política nacional.

ANEXO 1: CARTA TESTAMENTO GETÚLIO VARGAS

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

*Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. **A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero.** Não querem que o trabalhador seja livre.*

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

*E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. **Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.** (Rio de Janeiro, 23/08/54 - Getúlio Vargas)*

ANEXO 2: DECRETO Nº 1.178, DE 13 DE JUNHO DE 1962

(assinado por Tancredo Neves)

Aprova a constituição da "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás".

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º e o inciso III do art. 18 do Ato Adicional à Constituição Federal, e nos termos do art. 3º § 4º da Lei número 3.890-A, de 25 de abril de 1961,

decreta:

Art. 1º **Ficam aprovadas a constituição da sociedade por ações "Centrais Elétricas Brasileiras S.A." que usará a abreviatura "Eletrobrás",** e as deliberações constantes da ata da sessão pública do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, realizada em 11 de junho do corrente ano e que será publicada em anexo.

Art. 2º **O representante da União nos atos constitutivos da sociedade promoverá o seu arquivamento no Registro do Comércio.**

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

TANCREDO NEVES

Gabriel de R. Passos

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo)

A Diretoria, em 31 de agosto de 2017.

